

Soja e carne exportadas do Brasil para UE podem ter rastro de desmate ilegal, diz estudo

Artigo afirma que 18 a 22% de toda soja produzida na Amazônia brasileira e no Cerrado mato-grossense que é exportada para a União Europeia está potencialmente comprometida.

Por **Jornal Nacional**

16/07/2020 23h02 · Atualizado há 2 semanas

Soja e carne exportadas do Brasil para UE podem ter rastro de desmate ilegal, diz estudo

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



A revista "Science" publicou nesta quinta-feira (16) um estudo que relaciona uma parte da produção e da exportação de carne e soja do Brasil ao desmatamento ilegal da Amazônia e do Cerrado.

O artigo chamado "As maçãs podres do agronegócio brasileiro" afirma que 18 a 22% de toda soja produzida na Amazônia brasileira e no Cerrado mato-grossense que é exportada para a União Europeia está potencialmente comprometida. Ou seja, produzida em fazendas que fizeram desmatamento ilegal.

No caso da pecuária, o estudo analisou os estados do Pará e de Mato Grosso e constatou que pelo menos 17% das exportações de carne desses dois biomas para a União Europeia podem estar comprometidos com o desmatamento ilegal.

O estudo considera desmatamento ilegal a derrubada de floresta além do permitido pelo código florestal, a partir de 2008. Das 815 mil propriedades rurais analisadas, só 2% na Amazônia e no Cerrado são responsáveis por 62% de todo o desmatamento potencialmente ilegal.

O professor Raoni Rajão, da Universidade Federal de Minas Gerais, liderou 12 pesquisadores do Brasil, da Alemanha e dos Estados Unidos. "Ele traz o problema, mostrando o verdadeiro tamanho do problema do desmatamento e a vinculação à produção, mas também traz a solução, porque nós desenvolvemos uma série de tecnologias e sistemas de algoritmos que podem ser aplicadas pelo governo. Então, tendo vontade, é possível sim acabar com desmatamento ilegal dentro dos imóveis do cadastro ambiental rural, que hoje já correspondem por mais da metade dos desmatamentos acontecendo na Amazônia", afirmou.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O vice-presidente, Hamilton Mourão, foi questionado sobre o estudo. "É óbvio que atrapalha. Mas o Ministério da Agricultura está verificando a densidade desse estudo e, assim que tiver os números corretos, vai se contrapor ou esclarecer melhor o que está colocado ali. A Amazônia não é o plano piloto, ela é algo enorme de grande, os problemas são gigantescos, eles não são resolvidos da noite para o dia, eles são resolvidos com ações continuadas", afirmou Mourão.

Mais cedo, antes da publicação do estudo, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, participou de uma live com investidores e defendeu as ações do governo contra o desmatamento e a agropecuária brasileira. "Nós aumentamos muito a nossa produtividade e a nossa área de produção não cresceu. Ela é 30% só de ocupação do nosso país, não está na Amazônia. O que, hoje, a gente produz no bioma amazônico de agricultura é 2%, de pecuária é quase 11%. Agora, a agricultura precisa preservar, faz parte do nosso negócio o meio ambiente bem tratado, o regime de chuvas. E há mudanças climáticas no mundo, todo mundo está vendo que há. Agora, nós temos que ter bom senso e, na minha opinião, a gente tem que baixar essa temperatura para poder mostrar o que de bom que nós temos, e as mazelas que nós temos e como é que nós vamos corrigir", disse a ministra.

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais disse, em nota, que a soja produzida em áreas desmatadas ilegalmente não entra na cadeia produtiva do setor e que, sempre que uma propriedade é embargada por irregularidades, as compras são automaticamente suspensas.

A situação ambiental do Brasil tem sido um dos entraves na aprovação do acordo entre a União Europeia e o Mercosul. Nas últimas semanas, o governo vem anunciando uma série de medidas. Tenta reverter o bloqueio de doações internacionais do Fundo Amazônia – o dinheiro é usado em ações de preservação -, e pode prorrogar até o fim de 2022 o uso das Forças Armadas no combate às queimadas e aos garimpos ilegais na Amazônia.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Nesta quinta-feira (16) foi publicado o decreto que proíbe queimadas em todo o Brasil por 120 dias. E mais um pode estar a caminho: o da regularização fundiária a quem ocupou terras públicas na Amazônia até 2008 – vale para até quatro módulos fiscais. O governo diz que a posse dá ao dono responsabilidade sobre a área, o que facilitaria a punição por desmate.

O Ministério da Agricultura declarou que o próprio estudo mostra que mais de 90% dos produtores rurais não estiveram envolvidos com qualquer tipo de desmatamento ilegal e que, dessa forma, “não podemos vilanizar a agropecuária”. O ministério afirma que o estudo traz à luz estratégias importantes, como a regularização fundiária e os incentivos à agricultura sustentável, e que vai convocar um grupo de cientistas para avaliar as conclusões do artigo.

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas não quis comentar o estudo.

O Assunto

Militares no governo: no que vai dar?

Por G1 • 16/07/2020 02:41



UNIÃO EUROPEIA



O que aconteceu hoje, diretamente no seu e-mail

As notícias que você não pode perder diretamente no seu e-mail.

Para se inscrever, entre ou crie uma Conta Globo gratuita.

[Inscreva-se e receba a newsletter](#)

Comentários

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os **termos de uso**, denuncie. Leia as **perguntas mais frequentes** para saber o que é impróprio ou ilegal.

Este conteúdo não recebe mais comentários.

Ordenar Por Mais novos ▾

Não existem comentários nesta história.

Veja também